



Edição 23 - Outubro de 2022

Artigo recebido até 25/01/2022

Artigo aprovado até 28/02/2022

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR INDÍGENA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO INDÍGENA

Elinéia Luiz Paes Jordão

PG/UEMS

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel do professor Indígena na Escola indígena, uma análise do discurso que envolve a pedagogia indígena, educação escolar indígena, e alunos indígenas. As dificuldades enfrentadas pelas escolas indígenas, pelos professores indígenas que atuam como importantes “protagonistas”. A escola reveste-se como projeto social de uma dimensão coletiva, subordinada a uma reflexão constante por parte de professores e da comunidade envolvida, bem como da equipe de assessoria e dos atores institucionais de várias origens, sobre o papel e os objetivos dessa instituição que adquiriu um novo sentido nas últimas décadas, isto é, como um lugar de educação intercultural. Os professores indígenas têm o complexo papel de compreender e transitar nas relações entre a sociedade majoritária e a sua sociedade. São interlocutores entre mundos, ou entre muitas culturas, tendo de acessar e compreender conceitos, ideias, categorias que não são de sua própria formação cultural. O professor índio fica entre a lealdade às regras burocráticas e homogêneas que regem como funcionários e a lealdade às regras e códigos éticos, sociais, culturais e educacionais da sua comunidade. Isso comprova que a escola, mesmo almejada e inserida no processo mais amplo de organização e de luta, não ocorre sem conflitos. Considera-se a Educação Escolar Indígena como parte diferenciada da educação básica, o professor indígena desempenha um papel social novo criando e ressignificando, a todo o momento, sua cultura, funções estas que são específicas segundo o papel da escola para cada sociedade indígena em determinado momento de sua história. Tem a difícil responsabilidade de incentivar as novas gerações para a pesquisa dos conhecimentos tradicionais junto dos membros mais velhos da comunidade. Por outro lado, também são responsáveis por estudar, pesquisar e compreender, os próprios conhecimentos do seu povo, os conhecimentos tidos como universais reunidos no currículo escolar.

Palavras-chave: Professores Indígenas, Pedagogia Indígena, Educação indígena, Educação Escolar Indígena, Identidade indígena, alunos indígenas.

Introdução

Não se pode negar que o conhecimento sobre o meio em que se vive é algo fundamental para a construção da cultura de um povo. Durante milênios, a livre circulação de ideias, experiências e conhecimentos permitiu ao homem aprimorar sua relação com a natureza, recriando paisagens e gerando tecnologia e diversidade ambiental e cultural. A natureza ainda continua a ser

o palco da evolução humana, não obstante a irresistível tentação do homem de acreditar que pode dominá-la através de novas tecnologias.

O que mais chama a atenção hoje sobre educação indígena são as dimensões que ela pode alcançar, sejam administrativas, pedagógicas ou pela própria construção do conhecimento a partir das experiências culturais de cada povo indígena.

O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema de ensino oficial como escolas específicas, diferenciadas e interculturais, deverá ter como eixo central o protagonismo indígena, para isso é necessário a implementação de políticas de educação escola indígena a partir de perspectivas indígenas e o fortalecimento de movimentos e organizações indígenas na luta pela consolidação da legislação vigente. Os sistemas de ensino por sua vez tem um grande desafio de lidar com este novo processo de escolarização e as necessidades dos diferentes povos indígenas.

Sabe-se que a existem legislações estaduais, nacional e mesmo internacional que define princípios e regulamenta a educação escolar indígena e assegura a plena participação indígena na definição e elaboração de suas políticas, destacam-se dentre eles: resoluções e pareceres, a constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e a Convenção n.169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos Indígenas e Tribais em países independentes, ratificada pelo Brasil em 2002. Porém esse direito não tem sido garantido na prática, a implementação dessas políticas educacionais poderão ser concretizadas com ações do estado no sentido de reorganizar-se e permitir compatibilizar as reivindicações indígenas com as políticas propostas no plano de metas do governo.

Uma educação diferenciada e adequada à realidade indígena está na pauta da luta dos educadores indígenas. Essa luta visa um processo educacional desenvolvido junto com a comunidade na recuperação dos mitos, das histórias contadas pelos mais velhos, pelas danças, no artesanato, na recuperação das ervas medicinais, dentre outros conhecimentos. A escola indígena depende da ousadia de seus agentes, da ousadia da própria escola indígena assumir-se como tal, partindo da “identidade” que tem, de acordo com sua realidade, do seu tempo-espço, do contexto histórico na qual está inserida, para que possa ir além das burocracias governamentais, independente desse ou daquele partido e faça parte de um projeto nacional que busque a qualidade da Educação Indígena, que respeite as diferenças, as diversidades culturais, as qualidades, as limitações e as necessidades do outro. Quando esses saberes são organizados em representações sociais, estas traduzem a identidade de um povo. Particularmente, como indígena e educadora, o

estudo contribuiu para compreender alguns dos problemas que acontecem na aldeia, as relações sociais, as questões de poder, a identidade, as diferenças culturais no sentido de um estranhamento

da minha própria cultura; assim como o respeito, a valorização das diferenças e o reconhecimento da existência do outro.

A Educação Escolar indígena vem de encontro com as necessidades indígenas, porém está estacionada, devido à burocracia governamental e o despreparo dos professores que na sua maioria não são indígenas, não menciono aqui despreparo acadêmico, mas o conhecimento do que vem a ser Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. A escola indígena depende da ousadia de seus agentes, da ousadia da própria escola indígena assumir-se como tal, partindo da “identidade” que tem, de acordo com sua realidade, do seu tempo-espaço, do contexto histórico na qual está inserida, para que possa ir além das burocracias governamentais, independente desse ou daquele partido e faça parte de um projeto nacional que busque a qualidade da Educação Indígena, que respeite as diferenças, as diversidades culturais, as qualidades, as limitações e as necessidades do outro.

Outro fator importantíssimo para a efetivação da educação Escolar indígena é a elaboração ou reestruturação da proposta pedagógica das escolas indígenas, iniciando-se de uma reflexão feita pelo coletivo dos profissionais que atuam na educação indígena, pela comunidade indígena e lideranças indígenas, concretizando assim um compromisso estabelecido coletivamente, no entanto necessita de um referencial que deverá refletir a concepção de educação indígena, de educação escolar indígena, de cidadania, de sociedade, de homem, de consciência crítica entre outros.

Eu, Elinéia, sou Terena da aldeia Ipegue, localizada nas Terras Indígenas Terena, próximas ao município de Aquidauana. Essa aldeia tem uma população de aproximadamente 2.000 habitantes e comporta cerca de 300 famílias. A escola é denominada “Escola Municipal Indígena Feliciano Pio” e os alunos estão distribuídos em: sala do primeiro ao 5º ano - ministrados por professores indígenas, e do 6º ao 9º ano por professores não indígenas, que se deslocam da cidade de Aquidauana. Os professores não indígenas são contratados pois há um entendimento de que os professores indígenas não possuem formação específica para ministrarem as aulas de geografia, história, ciências dentre outras.

O ensino Bilíngüe é oferecido até o 9º ano, porém o ensino da língua materna não está sendo bem sucedido, professores indígenas da geração mais recente tem dificuldades de ensinar a mesma, pois não falam fluentemente ou infelizmente não sabem falar. Mas há professores mais antigos que falam e escrevem.

Alfabetização e a Pedagogia Indígena

Comumente, quando se pensa acerca de alfabetização, as reflexões são encaminhadas vislumbrando os falantes da língua portuguesa, normalmente participantes de comunidades urbanas. Entretanto, no Brasil, há ainda um grande número de crianças que possuem sua inclusão no sistema escolar em escolas localizadas em zonas rurais; há, ainda, o caso de comunidades indígenas em que a distinção da língua materna não é tão simples assim – o bilinguismo é mais comum do que se imagina, posto que a língua materna não equivale, necessariamente, à língua portuguesa.

Ao aprofundarmos as questões acerca do processo de alfabetização, detecta-se, há algum tempo, a necessidade de que, para além do processo de alfabetização, é necessário que ocorra o letramento, ou mesmo letramentos. Como indígena Terena, moradora e professora na Aldeia Ipegue, localizada no município de Aquidauana/MS, há alguns questionamentos que estão diretamente relacionados ao próprio desempenho de minha profissão: como ocorreu o processo de inclusão, no sistema educacional brasileiro, de povos indígenas? Como esse processo ocorreu com o povo Terena, mais especificamente com a comunidade localizada na Aldeia Ipegue? Como ocorre a alfabetização das crianças indígenas dessa comunidade? Há, para além de práticas que contemplem a alfabetização, práticas que contemplem o letramento? A alfabetização/letramento ocorre, ou tem ocorrido, de modo a se preservar a língua indígena? Quais práticas são adotadas para a manutenção de uma cultura historicamente marcada pelo apagamento?

A aldeia Ipegue possui uma população de 1.109 habitantes e comporta cerca de 200 famílias e a escola denominada “Escola Municipal Indígena Feliciano Pio” possui alunos que estão distribuídos em salas da seguinte maneira: do primeiro ao 5º ano – cujas aulas são ministradas por professores indígenas; e do 6º ao 9º ano, com aulas ministradas por professores não indígenas, que se deslocam da cidade de Aquidauana. Os professores não indígenas são contratados, pois há um entendimento de que os professores indígenas não possuem formação específica para ministrarem as aulas de geografia, história, ciências, dentre outras. A língua terena é ensinada em todas as séries do ensino fundamental e é praticada cotidianamente por algumas pessoas mais antigas da comunidade.

O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema de ensino oficial como escolas específicas, diferenciadas e interculturais, deverá ter como eixo central o protagonismo indígena, para isso é necessário a implementação de políticas de educação escola indígena a partir de perspectivas indígenas e o fortalecimento de movimentos e organizações indígenas na luta pela consolidação da legislação vigente. Os sistemas de ensino por sua vez tem um grande desafio de lidar com este novo processo de escolarização e as necessidades dos diferentes povos indígenas.

Uma educação diferenciada e adequada à realidade indígena está na pauta da luta dos educadores indígenas. Essa luta visa um processo educacional desenvolvido junto com a comunidade na recuperação dos mitos, das histórias contadas pelos mais velhos, pelas danças, no artesanato, na recuperação das ervas medicinais, dentre outros conhecimentos. Quando esses saberes são organizados em representações sociais, estas traduzem a identidade de um povo.

A Educação Escolar indígena vem de encontro com as necessidades indígenas, porém parece estar estacionada, devido à burocracia governamental e o despreparo dos professores que na sua maioria não são indígenas, não menciono aqui despreparo acadêmico, mas o conhecimento do que vem a ser Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. A escola indígena depende da ousadia de seus agentes, da ousadia da própria escola indígena assumir-se como tal, partindo da “identidade” que tem, de acordo com sua realidade, do seu tempo-espaço, do contexto histórico na qual está inserida, para que possa ir além das burocracias governamentais, independente desse ou daquele partido e faça parte de um projeto nacional que busque a qualidade da Educação Indígena, que respeite as diferenças, as diversidades culturais, as qualidades, as limitações e as necessidades do outro.

Para a efetivação da educação Escolar indígena é visível que seja elaborado ou reestruturação da proposta pedagógica das escolas indígenas, iniciando-se de uma reflexão feita pelo coletivo dos profissionais que atuam na educação indígena, pela comunidade indígena e lideranças indígenas, concretizando assim um compromisso estabelecido coletivamente, no entanto necessita de um referencial que deverá refletir a concepção de educação indígena, de educação escolar indígena, de cidadania, de sociedade, de homem, de consciência crítica entre outros. Neste sentido para Sargentini (2011) ressalta que:

“A articulação do enunciado formulado (sendo a formulação inscrita pelo sujeito no intradiscurso) ao domínio de memória dá-se pelas figuras da comemoração e pelas formas pedagógicas do saber. A apreensão da memória dá-se pelos rituais verbais de comemoração, que, por sua vez,



Edição 23 - Outubro de 2022

Artigo recebido até 25/01/2022

Artigo aprovado até 28/02/2022

são aqueles que ao ligar o presente da enunciação ao passado discursivo produzem um recorte do tempo e, conseqüentemente, a anulação imaginária do processo histórico na sua duração e nas suas contradições”.

As tradições são vistas ora como uma busca por compreender a sabedoria indígena e ora procurando renovar inserindo as influências urbanas, vindas com as novas tecnologias. A Escola, em meio às diferentes influências contemporâneas, muitas vezes adotadas pela comunidade sob indicação de lideranças, sem pensar nas conseqüências, poderá ajudar a resgatar e incentivar a subsistência familiar dentro da comunidade indígena, dialogando com a tradição - já tendo compreendido que a tradição deve ser administrada no tempo e no espaço, conforme Hall (2004).

O professor Indígena e as Condições de Produção

Partindo do pressuposto de que, entende-se discurso a partir do lugar social em que o sujeito está, os professores indígenas lutam para a efetivação de uma educação adequada à realidade indígena.

Segundo a professora indígena Terena Zely Luiz Paes (54 anos), professora há mais de 20 anos na aldeia Ipegue, município de Aquidauana, as populações indígenas tentam reafirmar sua identidade étnica. O povo indígena Terena está vivenciando dois momentos. Primeiro um processo de Manutenção da cultura Terena- as escolas indígenas alfabetizam em sua língua materna, e a partir do 2º ano do ensino fundamental inicia-se a transposição para língua portuguesa. E o segundo processo é a Revitalização da Cultura Terena – as escolas procuram revitalizar a cultura Terena, porém a língua materna não é mais a língua indígena e sim a língua portuguesa, assim a língua indígena é considerada segunda língua. Esse processo está sendo realizado nas aldeias que estão perdendo suas tradições, principalmente a língua.

Considera-se necessário a realização e execução de Projetos que visem a revitalização da língua terena, a formação continuada específica dos professores indígenas e a própria conscientização da comunidade da importância da manutenção da cultura e principalmente da língua .

De acordo com os referenciais curriculares Nacionais, os educadores indígenas têm a tarefa principal de alfabetizar em suas próprias línguas. No caso da educação escolar Terena, com um professor índio, que tenha domínio da língua Terena estariam afastadas muitas das dificuldades do processo ensino e aprendizagem. Para o professor Terena também seria uma forma de aprender mais sua própria língua pesquisando com os mais velhos da aldeia. Com o estudo da própria língua,

os indígenas recuperam metodologias próprias, saberes, fazeres, configurando assim a recuperação da tradição, no sentido dado por Hall (2004). Hoje se compreende melhor que há uma dinâmica sociocultural que traz mudanças e, se trabalhada com teorias educacionais, essas mudanças podem ser compreendidas e re-valorizadas nos tempos contemporâneos e nos novos espaços de significação.

Porém fica um questionamento, como ensinar na língua indígena Terena, se muitos professores que ministram aulas nas aldeias indígenas não são indígenas e não conhecem a cultura indígena e o mais agravante ainda, como o professor indígena que não fala mais a sua língua ensinará a seus alunos indígenas que também não falam mais. No entanto enfatizar a construção de novas propostas com a comunidade indígena, professores indígenas e lideranças indígenas, a fim de mudar o atual cenário da Educação indígena poderia ser um importante passo. Para Pêcheux o discurso não é só reproduzido, mas se transforma, se adapta, pois não existem ideias puras mais constituídas no bojo das práticas.

A família no Contexto Escolar

A família também é muito importante para o aluno Terena. Na família tem início o processo de educação, que é aprimorado na escola. A autoridade paterna é também muito importante no papel educativo e disciplinar, enquanto a autoridade da mãe contribui para o lado afetivo e emocional da criança, ela adquire respeito aos mais velhos e só falam quando tem autorização de uma pessoa mais velha.

Escola e família estão em contínuas mudanças e ao mesmo tempo também mudam as manifestações culturais. Uma das mudanças veio com os alimentos que se plantavam respeitando a terra e adubando-a com um conhecimento próprio, mantendo o tempo certo para colher e para comer. Hoje a terra está desgastada, existem os produtos químicos que auxiliam na adubação da terra de forma que acelera a produção, planta-se hoje e colhe amanhã, sem critérios sobre o que é prejudicial para saúde e, principalmente sem respeitar as tradições, mesmo entendendo que essas são dinâmicas.

No âmbito familiar, a tradição na organização social Terena vem alterando o costume social do casamento. Algumas mudanças vêm com influências urbanas. Na visão de uma parte da população da aldeia Ipegue, que mantém a língua no cotidiano, existe um conflito devido a essas



Edição 23 - Outubro de 2022

Artigo recebido até 25/01/2022

Artigo aprovado até 28/02/2022

novas incorporações, ou novos modos de casar. Os conflitos devem ser trabalhados na comunidade, entre os anciãos, os adultos, as lideranças para que ao refletir na escola, ajude a encaminhar a educação escolar indígena. Mas, na maioria das vezes a comunidade não senta para refletir, para conversar os rumos que as relações de contato estão trazendo, ou a dinâmica das tradições, segundo Hall (2004). Sem essa dedicação há uma situação que às vezes é tensa, pois alunos se mostram na escola como se sentem desamparados com os pais que se separam, dentre outros fatores sociais.

Projeto Político Pedagógico

Compreendo que a ideologia não é restrita somente a ideias, mas as práticas sociais, e de acordo com Pêcheux que o discurso não é só reproduzido mas pode se transformar e adaptar. Nesse sentido entende-se que a escola indígena precisa ser aberta com o cotidiano da aldeia, é uma afirmativa que necessita ser realizada. O simbolismo que a vida na comunidade Terena estabelece oscila entre momentos de visão na sua cultura, reservada e entendida como um todo, e entre as visões em que ocorrem mudanças contínuas. Nas duas situações os acontecimentos são dados importantes para construção da História, portanto o diálogo, a mediação que o trabalho pedagógico deve fazer requer flexibilidade e criatividade dialógicas, sempre reafirmando a importância da cultura Terena. Nesse sentido, todo programa educacional e todo projeto escolar ficaria motivado, inspirando-se em um projeto político pedagógico.

O objetivo principal da Elaboração do Projeto Político Pedagógico se deve a necessidade de se adequar e enquadrar-se dentro das normas e leis que regem a educação em nosso país (LDB) e também garantir as reivindicações da comunidade escolar, que é de manter o resgate da Cultura e Língua do povo Terena com seus próprios processos de aprendizagem da Educação Infantil até ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A metodologia utilizada é a do planejamento participativo, pois é a que proporciona maior integração e cooperação entre todos os segmentos envolvidos. A realização e a elaboração do Projeto Político Pedagógico poderão ser realizadas após a aplicação de uma pesquisa junto aos pais, professores, alunos e funcionários, oportunizando uma visão crítica e democrática das condições de funcionamento, tanto física quanto pedagógica na construção do processo ensino – aprendizagem.

O mesmo princípio, afirmado em termos mais comprometidos com uma perspectiva indígena é expresso da seguinte maneira: numa escola indígena há que se trabalhar “conhecimentos

universais” ao lado dos “etnoconhecimentos”. Não se tem usado, ainda, o termo, mas a coerência da proposta levaria a sugerir a denominação “etno-escola” para esse tipo de programa educacional (D’ANGELIS, 2.000, p. 32).

O programa educacional em escola indígena deve ter clareza sobre o projeto político da comunidade indígena onde a escola está inserida. Em outras palavras, deve explicitar seu projeto político para poder definir os objetivos de seu projeto pedagógico (VILHALVA, 2005, p.63).

Na comunidade da aldeia Ipegue a educação escolar indígena encontra-se em uma difícil caminhada. A cultura, entendida como os valores, os costumes, a visão mitológica, os adornos corporais, as danças, a língua, as relações de poder, parecem estar se perdendo. Não tenho clareza, portanto faltam pesquisas que possam ajudar a entender até que ponto a tradição deve ser flexível, e até onde nossos valores e saberes devem ser retomados e aceitos nas mudanças trazidas com o tempo histórico e os novos espaços, hoje aldeia e cidade ao mesmo tempo.

A sua educação na aldeia Ipegue está no processo de revitalização da língua terena, dos costumes, tradições, dos artesanatos, de uma educação voltada à preservação da cultura, a escola é ponto chave para que esse processo aconteça. Essa visão aponta para a construção da autonomia, como decorrência de um princípio político-pedagógico que entende que educar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua construção (CARVALHO, 1998, p. 72).

E nesse momento que os índios tentam reafirmar a sua identidade, buscando em sua história do passado, fazendo com que se torne parte do processo de “construção de identidade”. Nas palavras de Paulo Freire “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Para isso, a escola deve buscar métodos, organizar seus currículos, criar materiais didáticos diferenciados produzidos pelos próprios educadores indígenas. Outra questão é que a educação diferenciada nas escolas indígenas torna-se uma necessidade. Saber respeitar as diferenças, na educação, deve ser um dever de toda a sociedade, pois esse direito está garantido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB).

Olhando essas questões sem o referencial teórico de Hall (2004), pode-se entender que a comunidade Ipegue está deixando as tradições morrerem. Muitos afirmam que não veem alternativas, portanto devem adaptar-se às regras da sociedade não indígena. Outros dizem que é para obterem sucesso. No entanto, sob nosso ponto de vista, essa visão de mundo parece mascarar a

discriminação que existe com relação ao “ser índio”. Nesse sentido, a afirmação do autor pode contribuir para compreender a ‘tradição’ não como um modo de vida parado no tempo, mas, sim, como um modo de vida que ao olhar o passado vê o presente e o futuro, aprendendo que ‘tradição’ é um jeito de lidar com o tempo e o espaço criando uma terceira forma de ver o mundo.

Aspectos Linguísticos

A comunidade em foco apresenta uma diversidade em relação ao uso da língua materna (Terena) e o português, pois a língua falada pelas crianças é o português e há uma demanda social pela aprendizagem dela, pela situação do contato e pelo grau de aculturação do grupo. Portanto, hoje elas são alfabetizadas em português e a Língua Terena como resgate. Neste sentido faz se necessário o desenvolvimento de um processo de formação continuada de Professores Indígenas Bilingües que sejam preparados para alfabetizarem em português e língua terena. Os professores que dominam a língua materna fazem uso da mesma para esclarecer as dúvidas de alguns alunos, que estejam inseridas nas salas de aula que não usam o português como a língua.

Essa complexidade linguística traz implicações muito sérias em todo processo de escolarização e após exaustivas discussões e consulta à legislação tanto federal como estadual e à própria LDB, a comunidade prefere garantir, o resgate e a alfabetização dos alunos na língua materna, através de um processo de implementação a longo prazo e formação inicial continuada de professores tanto na língua materna oral como na escrita, ficando assegurado o ensino concomitante da língua portuguesa com uma metodologia específica para o contexto indígena.

Gestão Diferenciada

No que diz respeito à educação escolar indígena enfatiza-se a democratização e estratégias de gestão diferenciada para as escolas indígenas. Com a proposta de uma pedagogia específica, cujo currículo inclui a língua indígena e programas de formação de professores indígenas, principalmente em áreas específicas. O sistema educativo tradicional indígena é desconhecido pelo sistema tradicional indígena é desconsiderado pelo sistema oficial de ensino, e vem sendo absorvido pelos mecanismos de controle que enquadram a escola e seus professores indígenas num mesmo regime normativo da escola pública, desconsiderando os contextos socioculturais. O mesmo princípio, afirmado em termos mais comprometidos com uma perspectiva indígena é expresso da seguinte maneira: numa escola indígena há que se trabalhar “conhecimentos universais” ao lado dos “etno-conhecimentos”. Não se tem usado, ainda, o termo, mas a coerência



Edição 23 - Outubro de 2022

Artigo recebido até 25/01/2022

Artigo aprovado até 28/02/2022

da proposta levaria a sugerir a denominação “etno-escola” para esse tipo de programa educacional (D’ANGELIS, 2.000, p. 32).

Considerações Finais

A escola Indígena é um direito que deve ser assegurado por uma nova política a ser construída atenta e respeitosa frente ao patrimônio linguístico e cultural. A comunidade tem o direito de decidir o seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e administrando autonomamente seus projetos de futuro.

Oportunizando a comunidade indígena de preservar, manter e revitalizar a sua cultura, língua e “saberes” tradicionais, todos os professores indígenas, lideranças indígenas e a própria comunidade indígena deverão estar envolvidos nesse processo. As tradições, os costumes indígenas Terena que estão caminhando para o desaparecimento, não estará mais ameaçado e sim protegido, os professores, alunos e coordenadores serão agentes multiplicadores da Cultura , mantendo-a “VIVA” para as futuras gerações, contribuindo no desenvolvimento social e econômico das comunidades indígenas.

Quando os saberes são organizados em representações sociais, estas traduzem a identidade de um povo é fundamental a existência do diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes ensinados nas academias, isto é, os saberes científicos. Particularmente, como indígena e educadora, o estudo contribuiu para compreender alguns dos problemas que acontecem na aldeia, as relações sociais, as questão de poder, a identidade, as diferenças culturais no sentido de um estranhamento da minha própria cultura; assim como o respeito, a valorização das diferenças e o reconhecimento da existência do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria; **LADEIRA**, Maria Elisa. A história do povo Terena. São Paulo: MEC, SEF, USP, 2000. Brasília: MEC, 1998.

CARVALHO, Ieda Marques de – Professor indígena: um educador do índio ou um Índio educador, Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS, 1998.



Edição 23 - Outubro de 2022

Artigo recebido até 25/01/2022

Artigo aprovado até 28/02/2022

CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos do índio: ensaio e documentos. São Paulo: Ed. Brasiliense, **CORACINI**, M. J.; **GHIRALDELO**, C. M. (2011). Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade. Pontes Editores. 1987.

D'ANGELIS, Wilmar R. Educação Diferenciada: III Conferência de Pesquisa Sócio- Cultural. Campinas, São Paulo, Brasil, 2000.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade: DP & A, 2004.

LIMA, Eliane Gonçalves de: Artigo: O valor da comunidade indígena na construção da identidade da criança Terena; UCDB, 2007.

OLIVEIRA, RC – O processo de assimilação Terena. Oficina Gráfica da Parâmetros em Ação: Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC, 1999.

PÊCHEUX, Michel. 1938-1983. O discurso: estrutura ou acontecimento/Michel Pêcheux; tradução Eni Puccinelli Orlandi. -3ª edição- Campinas,SP: Pontes,2002

BRASIL. MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO. Referenciais para formação de Professores indígenas. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

Nacional de Educação. MEC, 1991.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.

Universidade do Brasil – Rio de Janeiro, 1960.

VILHALVA, Shirley: Pedagogia Terena x Pedagogia Urbana:
www.editora-araraazul.com.br/www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracand

ESTATUTO DO ÍNDIO. Lei nº. 6001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível <http://www.socioambiental.org/pib/epi/terena.shtm> acesso: 30/05/2006